

## Praia do Francês: o **espaço do turismo** – Alagoas-Brasil

ELIZABETH C. MARTINS \* [ e\_cmartins@hotmail.com ]

RODRIGO RAMALHO FILHO \*\* [ rodrigoramalho@globo.com ]

**Resumo** | A nova forma de turismo, em oposição às anteriormente desenvolvidas, aliada à eclosão de movimentos ambientais, vem contribuindo para um maior questionamento das atuais práticas de turismo desenvolvidas, dissociadas da realidade local, responsáveis pela degradação ambiental, social, econômica e cultural das áreas onde são realizadas. Essas práticas, nitidamente detectadas numa região costeira de grande atratividade no litoral do Estado de Alagoas – a Praia do Francês –, objeto de estudo deste trabalho, cuja beleza e diversidade de recursos vêm durante anos sendo palco de ações hegemônicas, dentre elas o turismo convencional ou de massa que, devido à sua rapidez, agride e degradam esse rico e importante ecossistema, transformando um lugar vivido e percebido em um espaço efêmero. O presente artigo constitui uma análise sobre o domínio do turismo na Praia do Francês, caracterizando as atuais mudanças que afetam a comunidade e os ecossistemas, questionando o seu destino e apontando as principais tendências.

**Palavras-chave** | zonas costeiras, comunidades, turismo, impactos.

**Abstract** | The new form of tourism, as opposed to previously developed ones, combined with the emergence of environmental movements, has contributed to a greater questioning of how tourism is currently developed, disconnected from local reality, responsible for environmental degradation, social, economic and cultural areas where changes are made. These practices, clearly detected in a coastal region of great attractiveness on the coast of the State of Alagoas – the French Beach. This beach is the object of study of this work, as well as the beauty and diversity of its resources which have been the stage of hegemonic actions, including conventional or mass tourism, which, due to its speed, degrade this rich and important ecosystem, turning a place lived and perceived into an ephemeral space. This article is an analysis of the tourism sector in the French Beach. It characterises the current changes that affect the community and ecosystems, questioning their destiny and pointing out the main trends.

**Keywords** | coastal areas, communities, tourism, impacts.

---

\* **Doutoranda** no Departamento de Ambiente e Ordenamento pela Universidade de Aveiro, **Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente** pela Universidade Federal de Alagoas, **Professora** no Departamento de Ciências Humanas do Instituto Federal de Alagoas.

\*\* **Doutor em Sciences Sociales du Développement** pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* – EHESS em Paris, **Professor Adjunto 4** (aposentado) e **Coordenador de Projetos Especiais** na Universidade Federal de Alagoas.

## 1. Introdução

Com a massificação da atividade turística, as zonas costeiras tropicais vêm sofrendo uma rápida e franca valorização, constituindo-se em importantes zonas de circulação econômica.

A rapidez das transformações dessas regiões, principalmente aquelas habitadas por comunidades pesqueiras, vem provocando sensíveis impactos negativos, afetando sobremaneira seus valores, seus costumes e suas tradições, conduzindo conseqüentemente à sua desestabilização. O contato entre os turistas e a população local traz a esta última o conhecimento dos elementos do suposto “progresso” e de novos estilos de vida, causando forte atração, particularmente nos jovens, induzindo-lhes novas aspirações. A impossibilidade em alcançá-las gera insatisfação e conflito interno, resultando em elevado custo social para a comunidade. A população mais jovem, ao aspirar a mudanças em suas vidas, gera conseqüentemente alterações no seu comportamento e na sua mentalidade, o que ocasiona sérias transformações nas crenças, valores e costumes até então existentes na comunidade, desestabilizando-a.

Nesse sentido, considerando-se o seu contexto como o resultado da integração das esferas natural, social, econômica, política e cultural (Rodrigues, 2001), a desestabilização de uma delas compromete o todo, tornando-se o turismo uma atividade agressora de seus próprios recursos. Por outro lado, a natureza local pode ser revalorizada, não apenas pelo turismo e pelo lazer, mas também pela presença e valorização de seus ricos recursos bióticos, pela grande biodiversidade existente (Becker, 2001), tornando-se objeto de programas especiais de proteção ambiental e ordenamento do território.

Presente no discurso governamental, o turismo é apresentado como importante veículo para a dinâmica da economia local, regional e nacional. Para tanto, é necessário que seja transformado em efetivo vetor de desenvolvimento plenamente capacitado para, ao mesmo tempo, modificar o modo de produzir e proporcionar melhorias da qualidade

de vida da população envolvida, sem comprometer o meio ambiente (Becker, 1996).

Contudo, não é isto que vem ocorrendo no país. Ao contrário, na condição de principal vetor de ocupação do litoral brasileiro, o turismo vem provocando um crescimento urbano desordenado, principalmente através da especulação imobiliária, não raras vezes invadindo perímetros sensíveis e áreas legalmente protegidas, como as praias, as dunas, as restingas e os mangues, considerados ecossistemas extremamente vulneráveis à ação antrópica.

A inadequação dos novos modos de produção torna essas áreas depreciadas social, natural e economicamente, diante da ausência de um olhar atento às suas características locais. A perda de suas potencialidades naturais, mas também socioculturais e econômicas, representa grave desperdício, desde que essas áreas passem a não mais participar de futuros planos de desenvolvimento locais e regionais, pois o seu potencial, enquanto recurso deixará de existir.

## 2. O Turismo e a produção do espaço

Atualmente, o espaço turístico se transforma em objeto de consumo, em mercadoria, submetendo-se ao processo de comercialização. A natureza transformada passa a ser apropriada para o lazer, e este, de atividade espontânea, modifica-se para uma “nova atividade produtiva, diferenciada, com ocupações especializadas, que produz um novo espaço” (Carlos, 1999).

O processo de modificação e conseqüente artificialização do espaço faz com que este se constitua em mero cenário para atrair turistas, que agora foram transformados em elementos passivos, pois não estabelecem relação com o lugar. Observa-se um processo de estranhamento, pois o turismo, enquanto atividade de acumulação comercial, gera apenas o reconhecimento das imagens anteriormen-

te veiculadas, e não o conhecimento do lugar e sua complexidade. Como observa Ferrara (1996), essa atividade de passagem “favorece a metonímia, os detalhes espaciais flagrados”, e não a cultura e a história que produzem a identidade do lugar.

Essa passividade verificada nos turistas se dá em função das estratégias utilizadas pelo forte *marketing* existente em torno dessa atividade econômica, que busca produzir novos espaços, principalmente nas áreas mais exóticas existentes, normalmente encontradas em países tropicais. Tais espaços passam a atender às necessidades de retorno à natureza entre aqueles que vivem sob o estresse urbano.

A expansão do turismo global, através dos grandes recursos públicos e privados investidos, fez desenvolver os megaprojetos, especialmente os *resorts*, destinados a proporcionar ao cliente a sensação de se sentir em casa, mantendo a mesma infraestrutura encontrada em seu lugar de origem, mas, conseqüentemente, desvinculado da realidade local. São espaços artificiais, verdadeiros enclaves esterilizados e estanques, refratários à cultura local, isolando os turistas do contato com a comunidade. Esse tipo de produção vem sendo apontada como típica de um turismo que pouco, ou quase nada, acresce à economia e à população locais.

Nesse sentido, observa Rodrigues (2001) que “produz-se no espaço global um lugar, que nega o local, sendo, portanto, um não-lugar”; esse tipo de turismo cria uma imagem falsa, que não representa o local, pois o turista deixa de praticar, de perceber o espaço, em função da ausência de contato direto e permanente com o entorno. E a partir do momento em que um espaço inicialmente indiferenciado se torna mais bem conhecido e dotado de valor, tal espaço transforma-se em *lugar*, mas para tanto é preciso vivenciá-lo.

O turismo deve ter a responsabilidade de valorizar as particularidades locais, já que o fator atrativo de uma determinada localidade e que a faz existir é o fato de ser um lugar próprio e único (Castrogiovanni 2003).

Ao se considerar a ampliação do mercado de trabalho local também não se reconhece efeitos positivos, pois, tratando-se de países ou regiões que apresentam dificuldades de oferta de mão-de-obra qualificada para os fins requisitados, as empresas que aí se instalam são obrigadas a importar pessoal oriundo de centros formadores e/ou com maior dinamismo turístico.

Frequentemente a mão de obra local é utilizada como “segunda categoria”, recrutada apenas para ocupar espaços de menor qualificação e menor remuneração, sendo este um grave problema das atividades turísticas no Brasil, pois marginaliza a população local do processo (Irving, 2009).

A situação se agrava ainda mais nas zonas mais densamente povoadas, especialmente as costeiras, onde as comunidades tradicionais locais sofrem diretamente os impactos das mudanças trazidas pelo turismo, através da perda de seus valores, crenças e tradições, sentindo-se, ao mesmo tempo, cerceadas no acesso às transformações proporcionadas pelo “progresso” da vida moderna, em virtude de seu baixo poder aquisitivo, decorrente de suas atividades de subsistência. Restam-lhes papéis marginais, enquanto serviços, e não raras vezes a prostituição.

O questionamento que se faz atualmente é a escolha de áreas habitadas por minorias e populações de baixo rendimento para a prática de atividades indesejáveis sob o ponto de vista ambiental, como também a falta de transparência e participação no processo decisório sobre a utilização do espaço (Castells, 2007).

Essa forma de desenvolvimento turístico, separando desse processo os aspectos humanos e culturais, nada mais é do que uma vertente de “um crescimento sem alma” (Cuéllar, 1997), pois se assiste a uma nova maneira de produzir, principalmente, nos chamados países periféricos, ignorando as características culturais existentes, suas formas, suas organizações, suas relações com o entorno.

É preciso salientar que a cultura não deve ser considerada como um conceito separado e estanque, mas sim algo dinâmico, em contínua evolução,

em que todas as formas de desenvolvimento são determinadas pelos fatores culturais, pois a cultura, além de conectar os indivíduos entre si, define o relacionamento destes com a natureza, com o meio ambiente físico. O desrespeito às diferenças culturais existentes poderá levar ao comprometimento do processo de desenvolvimento.

A exploração sem limite e sem respeito às dotações naturais e culturais de um sítio turístico impulsiona irremediavelmente ao esgotamento e, conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimento (Zaoual, 2008).

No Brasil, o fenômeno não ocorre diferentemente. O rápido e intenso processo de produção e consumo do espaço turístico nas regiões costeiras brasileiras vem-se agravando sensivelmente e a grande preocupação que se instala deve-se principalmente aos impactos ambientais, em seu sentido amplo (físico, humano, social, cultural, econômico e político).

O que se observa é que as técnicas utilizadas na transformação da natureza em produto comercializável não consideram os sistemas locais de recursos naturais e humanos, sobrepondo-se à realidade natural, econômica e sociocultural, gerando graves impactos, distorções e desigualdades, decorrentes de um processo homogeneizante, buscando adequar o local ao global, com o fim precípua de suprir as necessidades externas (Martins, 2000).

### 3. Metodologia

A escolha da Praia do Francês deve-se fundamentalmente ao forte significado turístico dessa praia, de conhecida beleza paisagística, mas principalmente à relação pessoal da pesquisadora com os moradores dessa localidade, nos idos dos anos 1980. Tal fato proporcionou o convívio e, conseqüentemente, o compartilhar da experiência transformadora, enquanto testemunha presente, mas também atenta ao rico conhecimento oralmente

transmitido por aquelas pessoas que viveram no antigo povoado localizado nessa praia.

Esse convívio e essa relação estabelecida com os antigos moradores, especialmente os pescadores, favoreceram o desenvolvimento de uma visão maior do contexto trabalhado e suas rápidas transformações advindas do turismo, fomentadas pelo poder político-econômico exógeno que aí se instalou, resultando em drásticas mudanças no modo de vida da população local.

Ao se buscar compreender melhor as mudanças ocorridas não só na Praia do Francês, mas também entre aqueles que a vivificaram, deparou-se com a dificuldade de obtenção de documentação oficial sobre o processo de ocupação dessa área. A sua quase inexistência fez com que se buscasse o registro, não apenas da história dessa praia famosa, mas também da própria comunidade ali existente, através do depoimento dos antigos moradores e daqueles que a conheceram antes das mudanças, normalmente excluídos do processo de decisão.

São esses relatos que tornam possível o desenvolvimento deste trabalho. Os primeiros contatos, preparatórios e facilitadores, anteriores às próprias entrevistas, foram realizados com originários da praia do Francês, os quais sempre conviveram com aqueles que formavam o antigo povoado.

As entrevistas, que foram gravadas e posteriormente transcritas, mantendo-se integralmente a fala dos depoentes, ocorreram de forma aberta, mediante perguntas amplas e não induzidas, permitindo que o relato tanto da sua história de vida como da do lugar ocorresse livremente (Martins, 2000).

Nas entrevistas deu-se prioridade àqueles nascidos na praia do Francês ou que lá tivessem chegado ainda pequenos, sendo fundamental o seu envolvimento com os dois momentos do lugar, ou seja, as fases anteriores e posteriores às modificações advindas da especulação imobiliária e do turismo.

Nesse sentido, foi fundamental a colaboração daqueles que se encontram em idade avançada, os mais antigos moradores e pescadores, para

recuperar a memória do lugar, mas, principalmente, para revisitar a relação anteriormente vivenciada entre eles e deles com o meio ambiente. Cabe aqui salientar que, apesar do consentimento dado pelos depoentes para tornar públicos seus nomes reais, por razões éticas, optou-se por preservar o anonimato, recorrendo-se a nomes fictícios.

#### 4. Praia do Francês: do lugar percebido ao espaço efêmero

Localizada na porção sul do litoral de Alagoas, a Praia do Francês (Figura 1), área do antigo “Porto dos Franceses” na época do Brasil Colônia, constitui o único núcleo urbano do município de Marechal Deodoro situado na orla marítima.

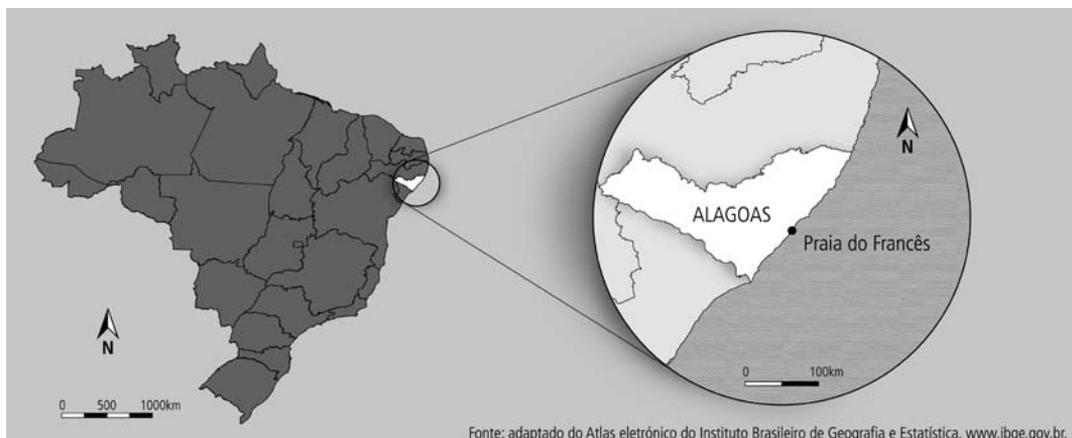
Essa praia, distante 24 km de Maceió, capital do Estado, encontra-se em uma das áreas do litoral sul de Alagoas, juntamente com outros núcleos urbanos pertencentes ao município de Marechal Deodoro, como a Barra Nova, Massagueira, que integram o complexo Estuarino Lagunar Mundaú – Manguaba, constituindo-se em um ecossistema de grande diversidade, devido à existência de formação de mangues, lagoas, restingas e cordões de recifes.

Conhecida como uma das mais belas praias existentes no litoral alagoano, a imagem da Praia do Francês assim permaneceu durante anos para aqueles que tiveram o prazer de descobri-la, ainda selvagem, onde apenas era possível visualizar a presença de alguns de seus mais antigos moradores, que formavam uma pequena comunidade de pescadores que, quando não saíam para o mar, eram vistos tecendo suas redes de pesca.

Muitos que a conheceram no início dos anos 1970 ou que ainda moram nessa praia guardam imagens nítidas daquela paisagem natural que tanto os sensibilizaram e que agora lembram: “(...) descobrimos aquele paraíso, que era uma beleza, absolutamente deserta, eram três, quatro casas de pescadores, ainda havia uma igrejinha (...)” (Alberto Leão, artista plástico).

Essa comunidade que aí vivia encontrava-se em um ambiente povoado por imensas dunas, fixadas pela sua vegetação herbácea típica, além do imenso coqueiral que as cobria e ao mesmo tempo as adornava.

Mas essa estreita relação entre a comunidade e seu entorno, proveniente das experiências contínuas, particulares e comuns, mantidas assim até o início dos anos 1970, não resistindo às novas inserções econômicas, cujas incursões passaram a ser sentidas tanto por aqueles que aí viviam ou a conheceram.



Fonte: adaptado do Atlas eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Figura 1 | Área de Estudo.

Dentre essas incursões, pela ordem de ocorrência, situam-se:

– *Os festivais de verão de Marechal Deodoro*

Considerado um dos mais importantes eventos da chamada “Era do Turismo” em Alagoas, os Festivais de Verão de Marechal Deodoro foram de valiosa contribuição para o incremento do turismo no município, atraindo grande quantidade de pessoas do próprio Estado, do país e mesmo do Exterior.

No início dos anos 1970, um grupo de pessoas, que fazia a cultura oficial em Alagoas, redescobriu Marechal Deodoro, os seus monumentos arquitetônicos e a Praia do Francês, servindo-se do antigo e longo caminho do Tabuleiro litorâneo, que ligava aquele município a Maceió (capital do Estado). A partir de então, a preocupação não só em recuperar o rico patrimônio histórico da “recém-descoberta” Marechal Deodoro, como também em revalorizar a cultura popular através de seu rico folclore, começa a tomar uma direção, desencadeando ações concretas.

A Praia do Francês, por sua vez, acabou se transformando em um espetáculo à parte, pois as pessoas, durante o dia, se dirigiam à praia, transformando-a em área de grande movimentação.

A partir da grande repercussão desse festival, realizaram-se seis outros festivais, dos quais principalmente os três subsequentes conseguiram manter muitos dos objetivos iniciais, como a valorização da cultura popular. Isto garantiu o aumento das verbas para a realização dos eventos seguintes e, conseqüentemente, a melhoria dos transportes e das acomodações para aqueles que se dirigiam ao Festival, valorizando progressivamente a posição que o Estado começava a ocupar no cenário turístico brasileiro.

Por outro lado, os Festivais de Verão de Marechal Deodoro contribuíram para a descaracterização de uma área – a Praia do Francês –, até então considerada lugar de existência daqueles que a mantiveram durante anos como um ambiente natural conservado, em virtude de ações que acabaram por agredir a

cultura local, conforme evidenciam alguns de seus antigos moradores, “Aqui dava muita gente, tinha festa, tinha missa, tinha dança, grupo de música, mas depois do Festival de Verão, sabe? Daí pronto, aí acabou com tudo, mudou muito!” (Sr. Aldo - pescador).

Portanto, a implementação de projetos estranhos à realidade local, desrespeitando e ignorando a cultura anteriormente existente, favoreceu a construção de um espaço indiferenciado, sem alma, um *não-lugar*.

– *A construção da rodovia AL-101 Sul*

A construção da rodovia estadual AL-101 Sul é considerada por muitos que sempre viveram no “povoado do Francês” como a grande responsável pelo início da implementação das mudanças que começaram a ser sentidas no lugar. Em entrevistas realizadas com a população local, verifica-se que a praia “(...) começou a mudar depois que o asfalto chegou, começou a mudar tudo, aí começou a chegar gente, aí o pessoal já começava a alugar as salas, enquanto não tinha pousada nem nada. Chegavam os turistas e o pessoal daqui saía da casa e alugavam a casa toda e assim o pessoal começava a sobreviver desse jeito.” (Rodrigues - antigo morador).

A construção dessa estrada, além de satisfazer a demanda gerada pelo turismo, em Marechal Deodoro e na Praia do Francês, também ocorreu em função da construção do Pólo Cloroquímico de Alagoas, na área do Tabuleiro interlacustre, pertencente ao município de Marechal Deodoro. Esse pólo era tido como a redenção do Estado de Alagoas, pela capacidade de geração de emprego e renda, o que findou por não corresponder ao esperado.

Entretanto, apenas com a construção e funcionamento de seu primeiro trecho ligando Maceió à Praia do Francês e a Marechal Deodoro, a AL-101 Sul deu início, rapidamente, à ocupação do litoral sul de Alagoas, até então considerado de difícil acesso, principalmente por ser formado de áreas sensíveis de restingas, de dunas e também de manguezais. Consideradas de grande fragilidade, tais áreas sofreram e sofrem os efeitos de forte especulação imobiliária, o

que já era possível observar, quando da elaboração do Plano de Uso do Solo e Preservação do Patrimônio de Marechal Deodoro, datado de 1979, que visava à conservação cultural e natural do município, especialmente de sua porção litorânea, no intuito de evitar sua possível descaracterização.

– *O loteamento Portais do Francês*

Com a construção e funcionamento da AL-101 Sul, o acesso ao Povoado do Francês foi facilitado, tornando-se possível o fácil e rápido deslocamento, não apenas dos seus habitantes, mas também daqueles que para lá eram atraídos, muitos dos quais responsáveis por grandes intervenções que passaram a modificar o cenário daquela localidade.

O Portal Praia do Francês pode ser considerado como exemplo de grande impacto sobre os ecossistemas costeiros locais, pois, segundo o testemunho de muitos de seus moradores, apresentado a seguir, essa obra se realizou em área anteriormente ocupada por dunas de aproximadamente 12 metros de altura (Lima, 1990), cobertas por sua vegetação herbácea característica e um imenso coqueiral, tendo em sua parte posterior outro grande e importante ecossistema: um manguezal. Tanto as dunas e sua vegetação quanto o manguezal foram rapidamente destruídos, conforme depoimentos livres de algumas pessoas que viviam no antigo povoado do Francês, ao relatarem que esse loteamento,

“Não levou muito tempo não, levou negócio de três meses, quatro meses, aí tirou o mangue, pegou as dunas, aterrou o mangue, invadiu tudo ali, com areia das dunas, eram as maiores dunas que tinham aqui, tinham de oito a seis metros, com coqueiro, só coqueiro...” (Rodrigues - antigo morador)

Outro pescador afirma que

“... aqui num tinha nada, eram dunas e coqueiros, tinha uns dois mil pés de coqueiro, de um dia pra noite derrubaram tudo, derrubou as dunas. Aqui, tinha duna até de seis metros, eu acho oito metros. Eles botaram um motor com uma água e saíram detonando, e uma máquina empurrando as dunas aterrou o mangue lá atrás...” (Val).

São depoimentos que revelam a indignação daqueles que acompanharam esse processo devastador, refletindo uma nítida imagem da ação que, a despeito de qualquer legislação ambiental existente, o poder político e econômico então dominante se arvorou no direito da busca de um rápido e fácil lucro.

A legislação ambiental era e é evidente. Por exemplo, as áreas de mangue, consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal (Lei n.º 4771, de 15/09/1965, Art. 2º), assim como as formações florísticas de restinga, também consideradas de preservação por esse mesmo Código, encontravam-se presentes na área loteada.

Essa grande inserção de autoria exógena, registrada no antigo povoado do Francês, abriu as portas a tantas outras que para lá se dirigiram, tornando ainda mais evidentes as formas utilizadas pela especulação imobiliária no Estado. Estranhamente, parece ter havido consentimento do poder público para essa ocupação, apesar das advertências e das normas de ocupação estabelecidas no Plano Integrado de Uso do Solo e Preservação de Marechal Deodoro (Alagoas/Serveal/SEPLAN-PR, 1979: 78), principalmente para a Praia do Francês. Tais normas salientavam que: “esse tipo de parcelamento para fins de loteamentos, em área como a do litoral deodorense, descaracteriza inevitavelmente a paisagem natural, através da derrubada dos coqueiros, aplainamento das dunas e destruição dos mangues [...] além do fato de uma área aqui citada de beleza natural inquestionável, constituir um patrimônio não apenas deodorense, mas de todo povo brasileiro.”

A manutenção da vegetação de praia e das formações dunosas é de fundamental importância para a preservação do equilíbrio físico da região. Tais ações especulativas, além de provocar a sua descaracterização fisiográfica, especialmente dessa praia, considerada valioso patrimônio turístico do Estado de Alagoas, comprometem a permanência da população local, ao afetar suas principais fontes de subsistência: a pesca, a pequena agricultura e também o extrativismo.

– A “urbanização” da orla do Francês

Dando sequência aos impactos causados pelo loteamento Portais Praia do Francês, a urbanização dessa praia veio ampliar os seus efeitos, tendo acontecido principalmente, em seu primeiro momento, quando ocupou as áreas verdes<sup>1</sup>, pertencentes a esse loteamento.

Mas tal agressão às normas vigentes parece ter sido a prática local pois, desde a implantação do primeiro loteamento, se desconsiderou o limite de recuo de 33 metros exigidos pela Marinha, tendo a urbanização da orla ocorrida inicialmente através da implantação oficial de um grande número de barracas<sup>2</sup>, “literalmente à beira mar, muitas já construídas com arrimo em pedra para proteção das marés gigantes; (...) todo adensamento de construção é acentuado pelo excesso de anúncios comerciais e sistema de iluminação a neon, que confere um ar urbanizado à praia, em oposição direta à singularidade que o sítio natural apresentava” (Ferrare, 1996: 115).

Essas transformações desencadeadas a partir do referido loteamento, a forma de atuação verificada para as suas construções e a chamada urbanização da orla são bem retratadas na fala dos moradores remanescentes do antigo povoado do Francês, “o loteamento foi o primeiro a chegar e daí veio a urbanização das barracas, e aparece mais loteamento e cresce, e aí de lá pra cá não parou mais, e não sei se vai parar não; daqui a pouco tá emendado com Marechal, Barra Nova, Massaguera, tá abrindo loteamento em tudo quanto é canto.” (Rodrigues, antigo morador)

A propaganda local, nacional e mesmo internacional, através da estatal EMATUR (Empresa Alagoana de Turismo) e de agências de viagem, atraíram, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, grandes levas de turistas, mas ao preço de permitir, atualmente, um tipo de turismo com fortes impactos sobre o meio ambiente, mas, principalmente, sobre a população local.

## 5. Praia do Francês: objeto de consumo

Assim, a partir dos anos 1980, houve forte incremento da atividade turística, principalmente do chamado turismo de massa, diferentemente do que ocorreu nas décadas anteriores, caracterizadas pelo turismo individual ou de pequenos grupos. Na atualidade, a praia do Francês é vendida em pacotes turísticos, para curta permanência, como bem observam seus antigos moradores: “(...) hoje você vê, hoje o turismo que vem pra cá é o turismo pacote, aquele que vem, dá aquelas voltinha ali, umas horinhas e vai embora, conhecer outra praia, passa o dia naquela história, anda para um canto, procura outro canto...” (Rodrigues – antigo morador).

Como se observa, o referido tipo de turismo praticado, o chamado “turismo pacote”, de passagem, é bem evidenciado nos anúncios encontrados nos cadernos de turismo dos jornais de grande circulação no país. Nesses cadernos, grandes agências de viagem, sediadas nos Estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, comercializam, a preços baixos e parcelados, “pacotes” com duração média de sete dias, que permitirão “conhecer”, além da capital Maceió, as praias do litoral sul e do litoral norte de Alagoas.

Essas práticas de passagem, que caracterizam o turismo atual não apenas em Alagoas, mas o turismo global, na realidade transformam o turista num ser passivo, seguindo horários e dias marcados para “conhecer”, ou melhor, apenas reconhecer rapidamente a imagem já veiculada pela propaganda das referidas agências e operadoras. Assim fazendo, não permitem que o turista estabeleça qualquer relação com o lugar, cuja história, cultura

<sup>1</sup> Apesar de, na escritura registrada em Cartório do Único Ofício de Marechal Deodoro, constar que ficava vedada a “construção ou utilização desta área para atividades comerciais de serviços ou quaisquer outras como bares ou similares”.

<sup>2</sup> Essa urbanização foi realizada através da construção de 26 barracas padronizadas com diâmetros de 12,60 metros, estendendo-se por 500 metros lineares de praia, margeada por um calçadão. Tal projeto e demarcação das barracas ficaram sob a responsabilidade da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR).

e habitantes permanecem desconhecidos para ele, tornando-se esse lugar um espaço, apenas objeto de consumo, cuja natureza é tão-somente um cenário (Martins, 2000).

Atualmente, na praia do Francês, observa-se significativa redução do número de turistas durante a tão aguardada temporada, entre os meses de dezembro e fevereiro, apesar da grande procura por essa praia, particularmente pelos moradores da capital, Maceió. Isto vem sendo alvo de reclamações, notadamente por parte dos proprietários de barracas, e percebido pelos que são naturais do Francês e pelos próprios pescadores, que observam essa forte queda, em comparação aos anos anteriores, "(...) o movimento está fraco sabe, passou a temporada, acabou-se. Na temporada tinha um bocado de gente aqui, era tudo cheio, num sabe? Agora só sábado e domingo, feriado." (Sr. Aldo, pescador).

Essa redução do turismo parece estar relacionada com o elevado número de ambulantes, mas também com os elevados preços cobrados pelos bares e restaurantes existentes e o crescente acúmulo de lixo na praia. Tudo isso compromete sobremaneira a faixa de praia utilizada e, como observa Oliveira (1998), causa rejeição por parte daqueles que a incluíam em seus roteiros, os turistas e as agências de turismo, procurando-a apenas durante a maré baixa, para atividades realizadas no mar, como os passeios de jangada; para os horários de almoço, dão preferência a lugares mais isolados e tranquilos.

Nesse mesmo sentido, afirma um antigo morador: "(...) as pessoas vem pro Francês por causa da praia, só isso, não oferece mais nada, as barracas cobram muito caro, o pessoal vai pra Massaguera comer, que é mais viável..." (Rodrigues).

Além disso, é possível afirmar, através do relato de alguns pescadores que sempre viveram nessa praia, que atualmente o turista não vem sendo tratado com a devida atenção: "É tanta gente de fora e não tratar bem do turista, né? Por que na verdade, muita gente quer o dinheiro, e o turista... Quem toma conta mais daqui, ou é o bombeiro ou os nativos. Por que quem veio de fora daqui, que veio

trabalhar com bar ou pousada, eles não se preocupam com correnteza, porque eles não entendem de nada (...)" (Zé do Peixe, pescador).

Tal situação, que se observa atualmente, resulta de ações inadequadas ao contexto local, fora de sintonia com a sua realidade natural, econômica e sociocultural, causando assim impactos de toda ordem. A precariedade do tratamento oferecido ao turista, a dependência com relação a essa atividade e, fundamentalmente, a decadência da atividade turística e a procura por novas destinações, representa a atual condição dessa praia.

Assim, enquanto atração turística, a Praia do Francês apresenta-se em franco processo de declínio, em contraste com a forte expansão verificada na década 1980. Naquele período, foi transformada para atender à crescente demanda turística, não se verificando, no entanto, qualquer preocupação e ação concreta, oficial ou privada, em consonância com a realidade local, que respeitasse os seus ecossistemas, a cultura tradicional local e que resultasse na efetiva melhoria da qualidade de vida de sua comunidade original. Ao contrário, as mudanças irreversíveis na estrutura ecológica, econômica e sociocultural anteriormente existente buscaram simplesmente adequar o contexto às novas demandas exigidas pela explosão turística, alterando os antigos ritmos da comunidade e o equilíbrio dos ecossistemas locais.

Para que um projeto ou política econômica obtenha sucesso faz-se necessário uma visão de mundo partilhada pelos atores. Projetos jogados de pára-quadras sobre sítios pouco ou nada conhecidos são considerados comuns, e, portanto fadados ao fracasso, pois não consideram as singularidades, a ética e o imaginário do lugar, necessitando, portanto, de profundas mudanças em suas práticas e raciocínios (Zaoual, 2008).

Esse processo de expansão desagregador, imposto pelos setores hegemônicos, de interesses externos, não tem compromisso com o importante patrimônio cultural e ambiental então existente. Ao contrário, vem afetar sobremaneira a antiga

estabilidade das relações sociais praticadas no povoado do Francês, sem favorecer a tão sonhada mudança de vida dos mais velhos e, principalmente, dos mais jovens. De fato, as novas oportunidades trazidas pelo turismo, não ocorreram, verificando-se uma grande frustração por parte daqueles que tanto almejavam tal transformação<sup>3</sup>.

Assim como Macunaíma sonhou alcançar o Progresso e, decepcionado, voltou para a sua cidade de origem<sup>4</sup>, o mesmo pode ser verificado na antiga comunidade da Praia do Francês, que, na sua inocência, acreditava em mudanças de vida. Essas mudanças aconteceram, mas diferentemente das existentes em seu sonho, pois jamais imaginava que poderiam ocasionar a decepção, evidenciada na fala de Zé do Peixe, pescador: "(...) você veja, eu tenho hoje, hoje eu tenho muita amizade e não tenho dinheiro, nem a minha casa eu tenho mais, né? Porque a minha riqueza [a casa] eles tomaram. Eu amanheço o dia e às vezes não tenho nada que fazer."

Hoje, a comunidade original, restrita a uma pequena faixa escondida dessa praia, em relação à extensão da urbanização pós-1979, é ignorada por muitos que ali chegam para conhecer a tão famosa praia do Francês, sem que tenham oportunidade de revelar a sua maior riqueza, que é o seu conhecimento tradicional.

## 6. Conclusão

Constituindo a base da existência da atividade turística, a natureza das regiões costeiras e a sua forte atratividade vêm provocando um rápido e descontrolado desenvolvimento do turismo, principalmente nos locais onde os recursos naturais apresentam beleza excepcional. Os ecossistemas litorâneos, considerados de grande fragilidade, são os mais suscetíveis às atitudes agressoras, que acabam por alterar a paisagem e a fazer perder as características que lhes deram origem,

desperdiçando irreversivelmente um recurso básico na captação de projetos turísticos.

Cada vez mais, as destinações turísticas apresentam estreita dependência de ambientes limpos e protegidos, e aquelas que não possuem tais atributos sofrem sensível diminuição na qualidade e na afluência de turistas. Ao mesmo tempo percebe-se, nessas áreas, o quanto as comunidades locais são atingidas com a degradação da qualidade ambiental, com a perda da identidade cultural e com a queda dos benefícios econômicos (OMT, 1998). Nesse sentido, a prioridade deve estar em desenvolver projetos fundamentados no turismo sustentável, visando respeitar o meio ambiente, de forma ampla, através de ações que minimizem os desequilíbrios regionais e assegurem às populações envolvidas melhor qualidade de vida e distribuição de renda.

É fundamental, nesse processo, reconhecer as diferenças culturais, tecnológicas, biológicas e, a partir da valorização delas, buscar adequar o desenvolvimento às particularidades e aos problemas existentes em cada área, fazendo distanciar-se progressivamente da importação de modelos inadequados à realidade local. Principalmente com relação aos processos de desenvolvimento que vêm sendo instalados, pela via da importação de modelos do Norte para o Sul, os quais, na realidade, apenas criam uma ideia de que o progresso alcançado em algumas áreas poderá ser atingido pelas demais.

Essa concepção precisa estar em acordo com a concretude local, onde "cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidade própria segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica" (Diegues, 1995: 24),

<sup>3</sup> A propósito, essa almejada transformação pode ser aqui simbolizada pela analogia tão bem estabelecida por Ferrare (1996) ao utilizar a frustração da figura alegórica de Macunaíma, criada por Mário de Andrade, diante da decepção de uma realidade onde, "Macunaíma aspirava o 'sonho' moderno de alcançar o Progresso! Porém, a rápida manobra feita pelo transatlântico que o levaria a este 'sonho', ao virar a popa para terra e soltar uma fumaçada de 'pernilongos, borrachudos [...]', cerceou esta chance, e fez Macunaíma 'despertar' do sonho. Decepcionado, ele então voltou para a cidade de onde tanto quisera fugir".

<sup>4</sup> *Idem.*

não utilizando como padrão aquele pertencente às chamadas sociedades industrializadas, exógenas.

Diante das atividades e ações desenvolvidas na Praia do Francês, geradoras da forte e evidente degradação ambiental e descaracterização do *lugar*, torna-se premente rever e superar esse estilo de crescimento baseado no turismo de massa, que não se coaduna com a realidade local, nem com as necessidades da comunidade original, comprometendo, até, a base necessária para iniciar um processo voltado ao desenvolvimento sustentável. De fato, se a tendência for continuar oficialmente a suposta racionalidade dominante, a partir da imposição de suas leis hegemônicas, que vêm modificando os equilíbrios sociais e ambientais preexistentes, não haverá como reduzir as desigualdades, nem deter a expansão da pobreza material e cultural existente, algo que é evidentemente insustentável (Martins, 2000).

Portanto, é inaceitável, não apenas na praia do Francês, em Alagoas, mas também ao longo de todo o litoral do país, a manutenção de uma minoria privilegiada e geralmente exógena, a quem é permitido “sacar das populações litorâneas, as últimas formas por elas encontradas de uma verdadeira estratégia de sobrevivência” (Galvão, 1985: 39).

Ao contrário, devido às potencialidades representadas pelo seu patrimônio natural e cultural, a Praia do Francês poderá servir como laboratório de práticas sustentáveis de desenvolvimento, através do turismo ecológico e cultural, valorizando os seus recursos locais. Entretanto, a prática exige vontade política e educação fundamental, tradicional ou não, e formação técnica para o desenvolvimento de um processo de planejamento integrado e participativo que privilegie e valorize, de forma judiciosa, não apenas os recursos ambientais locais, mas também a cultura e o conhecimento existente, buscando minimizar ou até evitar o atual processo de exclusão, que insiste em desrespeitar as diversidades.

Ao não se inverter a atual tendência restará aos antigos moradores da Praia do Francês, justamente aqueles que têm contribuído para a conservação dos seus ecossistemas, contentarem-se com as

atividades sazonais e mais servis, migrar para a capital ou aguardar a proteção divina, como observa, dramaticamente, um antigo pescador: “que Deus tome conta do Francês, e que esse pessoal não venha destruir mais nada aqui!”.

## Agradecimentos

Aos antigos moradores e pescadores da Praia do Francês, gente simples e acolhedora, cujos relatos tornaram possível o desenvolvimento deste trabalho.

## Referências bibliográficas

- Alagoas/Serveal/SEPLAN-PR., 1979, *Plano Integrado de Uso do Solo e Preservação do Patrimônio Histórico da cidade de Marechal Deodoro*. Vol.1, Serveal, Maceió.
- Becker, B., 1996, *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília.
- Becker, B., 2001, Políticas e planejamento do turismo no Brasil, *Caderno Virtual de Turismo*, Vol.1(1), pp. 1-7.
- Carlos, A., 1999, O turismo e a produção do não-lugar, in Yázigi, E., Carlos, A. F. A., e Cruz, R. C. A., (eds) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. Hucitec, São Paulo, pp. 25-39.
- Castells, M., 2007, *A Era da Informação: Economia, sociedade e Cultura. O poder da Identidade*, Vol. II, 2ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Castrogiovanni, A., 2003, Turismo X Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade, in Gastal, S, e Castrogiovanni, A. C., (eds) *Turismo na pós-modernidade: (Des)Inquietações*, EDIPUCRS, Porto Alegre, pp. 43-50.
- Código Florestal Brasileiro, 2001, Lei n.º 4771, de 15 de Setembro de 1965, Art. 2º. & Medida Provisória No 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001, [<http://www.planalto.gov.br/civil/>], (Site acessado 26 de Março 2011).
- Cuéllar, J., 1997, *Nossa Diversidade Criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, Campinas, UNESCO Brasília/Papirus, São Paulo.
- Diegues, A., 1995, *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. NUPAUB – USP, São Paulo.
- Ferrara, L., 1996, O turismo dos deslocamentos virtuais, in Yázigi, Eduardo (org.), *Turismo: espaço, paisagem e cultura*, Hucitec, São Paulo, pp. 15-24.
- Ferrare, J., 1996, *A Preservação do Patrimônio Histórico: um RE - pensar, a partir da experiência da cidade de Marechal Deodoro*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
- Galvão, R., 1985, O gerenciamento costeiro e a ocupação do litoral, *Ecologia e Cultura: Revista Pau Brasil*, DAEE – São Paulo Alternativo – Ano II, n.º 8, Set./Out., São Paulo, Brasil, pp. 37-39.

- Irving, M., 2009, *Turismo de Desenvolvimento Sustentável*, [http://www.ivt-rj.net/ivt], (Site acedido 21 Julho 2011).
- Lima, I., 1990, *Maceió, cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano*, Edufal, Maceió.
- Martins, E., 2000, *Turismo e Impactos Socioambientais na Praia do Francês –Al.*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Brasil.
- Oliveira, A., 1998, *Turismo e comunidade: a configuração do sofrimento psicossocial em um povoado de pescadores*, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
- OMT, 1998, *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais*, EMBRATUR, Brasília.
- Rodrigues, A., 2001, *Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*, 3ª Edição, Hucitec, São Paulo.
- Zaoual, H., 2008., Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?, *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 8(2), pp. 1-14.